

**HABEAS CORPUS Nº 494.058 - SP (2019/0046570-4)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**EDUARDO FONTES DA SILVA - MG145118**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : THIAGO RAMOS VILELA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de THIAGO RAMOS VILELA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (REVISÃO CRIMINAL n. 0054242-16.2017.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incs. I e II, do Código Penal (roubo qualificado), à pena de 8 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial fechado. O recurso de apelação foi indeferido.

Impetrado *habeas corpus*, a ordem foi concedida para determinar novo julgamento da apelação, sendo esta provida em parte para reconhecer a menoridade relativa e reduzir a pena para 6 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, mantido o regime prisional.

Após o trânsito em julgado, defesa ajuizou, revisão criminal, pretendendo o reconhecimento da nulidade de busca e apreensão sem mandado judicial, além de nova revisão da dosimetria.

O pedido indeferido, em acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 12/21):

*Revisão Criminal. Roubo majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes. Alegações de nulidade afastadas. Pedido de readequação das penas aplicadas. Penas básicas corretamente exasperadas em 1/2 (metade), seguida de atenuação em 1/6 (um sexto) pelo reconhecimento da circunstância atenuante da menoridade relativa e acréscimo de 3/8 (três oitavos) pela comprovação de duas majorantes. Penas bem dosadas. Regime inicial fechado mantido. Pedido revisional indeferido.*

No presente *mandamus*, a defesa reitera as argumentações deduzidas em

sede revisional e requer, já em liminar, a redução da pena, com base no enunciado da Súmula n. 443/STJ.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator